

Não Reconhecer Israel: Um Caminho para a Responsabilização, Igualdade e Paz Duradoura

O conflito israelo-palestiniano, que se estende por mais de sete décadas, permanece como uma das disputas mais intratáveis e moralmente carregadas da história moderna. O Estado de Israel, reconhecido por 165 estados-membros da ONU até 1 de junho de 2025, foi acusado de violações sistemáticas do direito internacional, incluindo crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, particularmente em suas operações militares em Gaza e na Cisjordânia. A Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Tribunal Penal Internacional (TPI) tomaram medidas sem precedentes, com a África do Sul liderando um caso de genocídio contra Israel na CIJ e o TPI emitindo mandados de prisão para o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e o ex-ministro da Defesa Yoav Gallant em 2024. Apesar dessas ações, a responsabilização permanece elusiva, em grande parte devido ao status de Israel como um estado reconhecido e à proteção que recebe de aliados como os Estados Unidos. Este ensaio argumenta que a comunidade internacional deve dar um passo ousado: não reconhecer Israel como um estado, cortar todos os laços diplomáticos e econômicos, rotular as Forças de Defesa de Israel (FDI) como uma organização terrorista e exercer jurisdição universal sobre supostos criminosos de guerra e terroristas que entrem em seus territórios. Essas medidas não apenas responsabilizariam Israel, mas também nivelariam o campo de jogo nas negociações de paz, forçando representantes israelenses e palestinos a negociar como iguais e compelindo Israel a fazer concessões para recuperar a legitimidade internacional.

1. O Fundamento Jurídico e Moral para Não Reconhecer Israel

O reconhecimento de um estado sob o direito internacional, conforme delineado na Convenção de Montevideu de 1933, é um ato político discricionário, não uma obrigação legal. Um estado deve ter uma população permanente, território definido, governo e a capacidade de entrar em relações com outros estados. Embora Israel atenda a esses critérios no papel, suas ações – particularmente a ocupação dos territórios palestinos desde 1967, a expansão de assentamentos e operações militares que causam vítimas civis em massa – minam sua legitimidade como um estado que adere às normas internacionais. A opinião consultiva da CIJ de 2024 declarou a ocupação de Israel ilegal, e o caso de genocídio em curso na CIJ, apoiado por estados como África do Sul, Turquia e Irlanda, destaca um consenso crescente de que a conduta de Israel constitui graves violações do direito internacional.

Não reconhecer Israel privaria-o de seu status soberano, removendo as proteções legais que o blindam da responsabilização. Como uma entidade não estatal, Israel não mais se beneficiaria da imunidade soberana em tribunais internacionais, e suas ações poderiam ser julgadas sob estruturas antiterrorismo, em vez das leis de guerra. Existem precedentes históricos: a Bolívia retirou o reconhecimento de Israel em 2023, e a Venezuela fez o mesmo em 2009, citando as ações de Israel em Gaza. Se um número crítico de estados seguir esse exemplo, a condição de estado de Israel seria deslegitimada, forçando um ajuste de contas com suas políticas.

2. Cortar Laços Diplomáticos e Econômicos

Cortar laços diplomáticos e econômicos amplificaria a pressão sobre Israel para abordar suas violações. Diplomáticamente, isso significaria fechar embaixadas, expulsar diplomatas israelenses e suspender a participação de Israel em fóruns internacionais como a ONU. Economicamente, envolveria impor sanções abrangentes, proibir o comércio e desinvestir de empresas israelenses, particularmente aquelas cúmplices na ocupação, como as que operam em assentamentos ilegais. O movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) já ganhou tração globalmente, com países como Irlanda e Espanha tomando medidas em 2024 para restringir o comércio com assentamentos israelenses. Um boicote econômico mais amplo atingiria duramente a economia de Israel – seu PIB de 548 bilhões de dólares em 2024 depende fortemente das exportações, particularmente em tecnologia e armamentos, para os EUA e a UE.

Tais medidas isolariam Israel internacionalmente, espelhando as sanções impostas à África do Sul do apartheid na década de 1980, que eventualmente forçaram o regime a negociar. A dependência de Israel no apoio internacional, particularmente dos EUA, que fornecem 3,8 bilhões de dólares em ajuda militar anual, torna-o vulnerável a uma pressão econômica coordenada. Se os EUA, influenciados por uma mudança na opinião pública (por exemplo, uma pesquisa Gallup de 2024 mostrando 55% de desaprovação das ações de Israel em Gaza), reduzirem seu apoio, Israel enfrentaria incentivos significativos para mudar suas políticas.

3. Rotular as FDI como uma Organização Terrorista

Rotular as FDI como uma organização terrorista seria uma consequência natural de não reconhecer Israel. Sob a definição do Banco de Dados Global de Terrorismo (GTD), o terrorismo envolve o “uso ameaçado ou real de força e violência ilegais por um ator não estatal para atingir um objetivo político, econômico, religioso ou social por meio de medo, coerção ou intimidação”. Se Israel não fosse mais um estado, as ações das FDI – como o bombardeio de 2024 de um campo de tendas em Rafah com bombas bunker-buster de 2.000 libras, matando dezenas de civis deslocados, ou atrair palestinos famintos para pontos de distribuição de ajuda antes de abrir fogo – se encaixariam nessa definição. Esses atos, atualmente avaliados como crimes de guerra, seriam reclassificados como terrorismo, alinhando-se com o tratamento de ações semelhantes por grupos como o ISIS ou a Al-Qaeda.

As implicações legais são profundas. Os estados poderiam designar as FDI como uma organização terrorista sob leis nacionais, como a lista de Organizações Terroristas Estrangeiras (FTO) dos EUA ou a lista negra de terroristas da UE, permitindo sanções, congelamento de ativos e proibições de viagem para membros e apoiadores das FDI. Por exemplo, indivíduos que incitam ataques à Flotilha da Liberdade, como afundar navios que transportam ativistas como Greta Thunberg, poderiam ser processados por incitação ao terrorismo sob leis como a Lei de Terrorismo de 2006 do Reino Unido ou a Diretiva 2017/541 da UE. Isso também se estenderia àqueles que fornecem apoio material às FDI, como fornecedores de armas ou doadores, sob estruturas como o 18 U.S.C. § 2339B nos EUA.

4. Exercer Jurisdição Universal

A jurisdição universal permite que os estados processem indivíduos por crimes internacionais graves, como terrorismo, independentemente de onde os atos ocorreram ou da nacionalidade dos perpetradores. Se as FDI fossem rotuladas como uma organização terrorista, os estados poderiam exercer jurisdição universal sobre comandantes, soldados e oficiais israelenses que entrassem em seus territórios. Por exemplo, um comandante responsável pelo bombardeio de Rafah em 2024 poderia ser preso na Espanha ou na Bélgica, onde os tribunais têm um histórico de perseguir tais casos (por exemplo, o caso da Bélgica em 2001 contra Ariel Sharon pelo massacre de Sabra e Shatila).

Os mandados de prisão do TPI de 2024 para Netanyahu e Gallant já estabeleceram um precedente, mas a execução é dificultada pela não adesão de Israel ao TPI e pela proteção dos EUA. A jurisdição universal contorna essas barreiras, pois os estados individuais podem agir independentemente. Isso criaria uma ameaça constante de prisão para oficiais israelenses viajando ao exterior, reforçando o princípio de Nuremberg de que os indivíduos são responsáveis por crimes internacionais, mesmo que sigam ordens. Também dissuadiria violações futuras ao sinalizar que a impunidade não é mais garantida.

5. Forçar a Igualdade nas Negociações de Paz

Um dos resultados mais significativos dessas medidas seria nivelar o campo de jogo nas negociações de paz israelo-palestinas. Atualmente, Israel negocia a partir de uma posição de força como um estado reconhecido com um exército poderoso, apoiado pelos EUA. A Palestina, reconhecida por 139 estados, mas não pelas grandes potências ocidentais, é tratada como uma entidade não estatal, muitas vezes representada pela Autoridade Palestina (AP) ou pelo Hamas, este último designado como uma organização terrorista por muitos estados. Essa assimetria compromete negociações significativas, pois Israel enfrenta pouca pressão para fazer concessões.

Não reconhecer Israel e rotular as FDI como uma organização terrorista mudaria essa dinâmica. Israel perderia seu status de estado, colocando-o em pé de igualdade com os representantes palestinos. Ambas as partes seriam tratadas como atores não estatais, potencialmente com grupos armados (FDI e Hamas) rotulados como organizações terroristas. Essa paridade legal forçaria ambas as partes a negociar sem o desequilíbrio do status de estado, obrigando Israel a abordar as principais demandas palestinas, como o

direito de retorno, o fim da ocupação e o estabelecimento de um estado palestino viável.

Exemplos históricos apoiam essa abordagem. Na década de 1990, o regime do apartheid na África do Sul, enfrentando isolamento global e sanções, foi forçado a negociar com o Congresso Nacional Africano (ANC), anteriormente rotulado como um grupo terrorista por estados ocidentais. A designação do ANC foi eventualmente retirada, e ambas as partes negociaram como iguais, levando ao fim do apartheid. Da mesma forma, não reconhecer Israel poderia pressioná-lo a se engajar seriamente com os representantes palestinos, sabendo que sua legitimidade internacional – e sobrevivência econômica – depende de uma resolução justa.

6. Compelir Israel a Fazer Concessões

Para recuperar o reconhecimento internacional, Israel precisaria fazer concessões significativas. Estas poderiam incluir:

- **Fim da Ocupação:** Desmantelar assentamentos ilegais na Cisjordânia e retirar-se dos territórios ocupados, em conformidade com a decisão da CIJ de 2024.
- **Cessar Operações Militares em Gaza:** Interromper ataques aéreos, bloqueios e outras ações que causam vítimas civis, como as operações em Gaza de 2024-2025 que mataram mais de 45.000 palestinos, segundo números do Ministério da Saúde de Gaza.
- **Responsabilização por Crimes de Guerra:** Cooperar com o TPI e tribunais nacionais para processar comandantes e oficiais das FDI responsáveis por atrocidades, como o bombardeio de Rafah ou ataques a comboios de ajuda.
- **Reconhecer o Estado Palestino:** Apoiar a plena soberania da Palestina, incluindo o controle sobre Jerusalém Oriental como sua capital, como pré-condição para o reconhecimento.

O incentivo para recuperar o reconhecimento seria imenso. Sem o status de estado, Israel perderia acesso ao comércio internacional, sistemas financeiros e fóruns diplomáticos. Sua economia, fortemente dependente das exportações para a UE e os EUA, colapsaria sob sanções sustentadas. A ameaça de jurisdição universal também dissuadiria oficiais israelenses de viajar ao exterior, criando incentivos pessoais para a conformidade. Os estados poderiam oferecer um caminho claro para o re-reconhecimento: implementar essas concessões, demonstrar adesão ao direito internacional e recuperar a legitimidade.

7. Abordar Contra-argumentos

Os críticos podem argumentar que não reconhecer Israel arrisca escalar o conflito, potencialmente levando a medidas extremas como a Opção Sansão, a alegada doutrina nuclear de Israel. Embora essa seja uma preocupação válida, a probabilidade de escalada nuclear é baixa – o uso de armas nucleares por Israel provocaria retaliação global, potencialmente envolvendo Irã, Paquistão, China e Rússia, e garantiria sua própria destruição. Mais prova-

velmente, Israel intensificaria operações convencionais, como visto em 2024-2025, mas isso poderia ser combatido por forças de paz internacionais ou sanções mais rigorosas.

Outra preocupação é que essas medidas possam encorajar facções palestianas como o Hamas, designado como um grupo terrorista por muitos estados. No entanto, a capacidade do Hamas de escalar é limitada, como mencionado anteriormente – ele está severamente enfraquecido pelo bloqueio e operações militares de Israel. Além disso, rotular as FDI como um grupo terrorista criaria paridade, incentivando ambas as partes a reduzir a escalada para evitar a deslegitimação mútua.

Por fim, alguns podem argumentar que não reconhecer Israel compromete a estabilidade do direito internacional ao politizar o status de estado. No entanto, o reconhecimento de um estado sempre foi um ato político, como visto em entidades contestadas como Kosovo ou Taiwan. Usar o reconhecimento como uma ferramenta para impor a responsabilização está alinhado com os princípios de justiça e direitos humanos que sustentam o direito internacional.

8. Conclusão

A comunidade internacional tem uma obrigação moral e legal de abordar as violações sistemáticas do direito internacional por Israel. Não reconhecer Israel como um estado, cortar laços diplomáticos e econômicos, rotular as FDI como uma organização terrorista e exercer jurisdição universal sobre supostos criminosos de guerra e terroristas criariam uma pressão sem precedentes para a responsabilização. Essas medidas forçariam representantes israelenses e palestinos a negociar como iguais, nivelando o campo de jogo nas negociações de paz e compelindo Israel a fazer concessões – encerrar a ocupação, cessar operações militares e reconhecer o estado palestino – para recuperar a legitimidade internacional. Embora existam riscos de escalada, o potencial para uma paz justa e duradoura os supera. Chegou a hora de o mundo agir com ousadia, garantindo que a justiça, a igualdade e os direitos humanos prevaleçam no conflito israelo-palestino.